

A INDÚSTRIA DE DEFESA NO BRASIL E A IMBEL (INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL)

Estudo realizado por Nazareno Godeiro, pesquisador do ILAESE, em outubro de 2010.

A indústria bélica mundial é dominada por 7 grandes corporações imperialistas

Sete grandes empresas multinacionais dominam o setor industrial de defesa: Lockheed Martin, Boeing, Northrop Grumman, General Dynamics e Raytheon, as cinco dos Estados Unidos, British Aerospace, da Inglaterra e a EADS (European Aeronautic Defence and Space Company), consórcio europeu.

Os Estados Unidos dominam a tecnologia de ponta e todo o mercado mundial: existem 100 mil empresas no país que fornecem produtos para o setor de defesa americano, cujo orçamento alcança US\$ 600 bilhões de dólares, que representa 200 vezes o que o Brasil gastou em defesa no ano de 2009.

Essas empresas americanas absorvem 40% de toda a produção mundial da indústria de Defesa, garantindo os lucros de empresas fora dos EUA. Em 2008, os gastos militares no mundo alcançaram a cifra de US\$ 1,5 trilhão de dólares.

O sucateamento da indústria nacional de defesa a serviço das multinacionais americanas e européias

Atualmente, o Brasil conta com apenas 300 empresas na área de Defesa, sendo que 40 produzem armas. Essas empresas ocupam uma fatia insignificante do mercado mundial (0,1%). Elas exportaram somente US\$ 300 milhões em 2005, metade para os EUA.

Retropasso grande para um país que já foi o quinto maior exportador mundial, com vendas de até US\$ 3 bilhões de dólares em 1985.

O Brasil já foi uma potência em armamentos. A Engesa, que produzia blindados, vendia para as forças armadas de 32 países. A Avibras, somente em 1985, vendeu cerca de US\$ 1 bilhão em veículos lançadores de mísseis e foguetes. Neste período, as encomendas das FFAA do Brasil eram feitas com as empresas brasileiras.

“Assim, o Brasil desdobrou-se para desenvolver a tecnologia militar nas décadas de 1960, 70 e 80. O final da década de 1980 marcou o apogeu da base industrial de defesa brasileira. Naquele período, o País atingiu a situação de oitavo exportador mundial, como consequência de políticas de fomento em P&D e de fomento industrial muito bem planejadas e executadas nas décadas de 1970 e 1980. Naquela ocasião, mais de 90% dos meios que mobilizavam o Exército eram fabricados em território nacional.”¹

A Engesa fechou as portas e a Avibras está escapando a duras penas. Hoje só restou um pequeno número de empresas de capital nacional e a maioria da produção é secundária, com menor valor agregado.

O quadro abaixo mostra que este setor depende de alta tecnologia e fabrica produtos de alto valor:

Segmento	US\$ / Kg
Mineração (ferro)	0,02
Agrícola	0,30
Aço, Celulose, etc.	0,30 – 0,80
Automotivo	10,00
Eletrônico (áudio, vídeo)	100,00
Defesa (foguetes)	200,00
Aeronáutico (aviões comerciais)	1.000,00
Defesa (mísseis) / Tel. celulares	2.000,00
Aeronáutica (aviões militares)	2.000 – 8.000,00
Espaço (satélites)	50.000,00

Fonte: Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil – AIAB - 2004

¹ General José Albano do Amarante – ex-presidente da IMBEL

Por aqui se vê porque estão empurrando o Brasil para ser produtor de matérias primas e alimentos, enquanto os países imperialistas produzem alta tecnologia.

O Brasil hoje vende minério de ferro para a China e compra trilhos de trem para este mesmo país, pagando sete vezes mais.

Essa é uma política premeditada do imperialismo em conluio com os governos brasileiros (Collor, FHC e continua com Lula). O Brasil deve fornecer minério e alimentos para o mundo. Armas ficam com o imperialismo.

Por isso, os governos estrangularam a indústria nacional de defesa simplesmente não fazendo mais encomendas. A maioria destas empresas produzia exclusivamente materiais para as FFAA, portanto não podiam vender para civis.

O Brasil passou a comprar tudo de fora, produtos que são fabricados nos países ricos, cujas fábricas são subsidiadas pelos governos imperialistas.

A maior parte das exportações de armas brasileiras hoje é composta de equipamentos militares leves, como pistolas, fuzis e carabinas, que são produzidas pela CBC, Taurus e Imbel.

Aqui no Brasil, por exemplo, o BNDES não pode financiar a compra das FFAA brasileiras, de acordo com a Constituição Federal. Desta forma, é impossível concorrer com as multinacionais que são favorecidas tanto no investimento quanto no financiamento da venda dos produtos por seus governos.

Além disso, nos EUA, prevalece a **BUY AMERICAN ACT** de 1933, onde materiais de defesa só podem ser adquiridos de fabricantes locais.²

Collor aniquilou a indústria nacional de defesa e FHC arrematou. Para se ter uma idéia, uma empresa estrangeira vende para as FFAA brasileiras com isenção fiscal, enquanto a empresa nacional vende seus produtos com carga tributária de 42%.

Porém, o governo Lula não modificou essa situação e mantém a mesma orientação de não fazer pedidos para a indústria nacional, sem falar da necessidade de um plano global de investimentos no setor.

Isso se expressa no orçamento federal de 2009, onde o governo gastou R\$ 380 bilhões com pagamento de juros da dívida pública aos banqueiros, enquanto que para a Saúde gastou R\$ 50 bilhões, Com a Educação R\$ 30 bilhões e o orçamento para a Defesa foi de somente R\$ 10 bilhões de reais, menos de 1% do orçamento total do país.

As multinacionais estão de olho no mercado brasileiro de Defesa

A Indústria de Defesa do Brasil teve um forte crescimento entre as décadas de 1960 e 1970. Neste período, as encomendas das FFAA brasileiras correspondiam a 80% do seu faturamento. A média de gastos governamentais, entre 2000 e 2005, foi aproximadamente R\$ 25 bilhões ao ano.

Frederico Aguiar, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Defesa, a Abimde, avalia que o pacote de grandes programas de reaparelhamento das Forças Armadas "pode alcançar qualquer coisa entre US\$ 50 bilhões e US\$ 100 bilhões em contratos" ao longo de 30 anos.³

Por isso, o mercado brasileiro se tornou estratégico para as grandes multinacionais do setor, principalmente pela crise da produção nas suas matrizes, já que os governos estão cortando no orçamento de Defesa.

As empresas multinacionais só estão esperando abrir as grandes licitações para o reaparelhamento das FFAA brasileiras. Enquanto elas podem apresentar preços reduzidos, pois tem subsídios dos seus governos, as empresas daqui são proibidas de receber tal financiamento.

A disputa principal se concentra em torno do programa FX-2 para a compra de 36 caças, no valor de US\$ 12 bilhões. Estão disputando os caças F-18 Super Hornet, da Boeing; Rafale, da francesa Dassault; e Gripen NG, da sueca Saab.

² Ozires Silva, Ciência, Tecnologia e Inovação – 9 de outubro de 2009 - Unicamp

³ Entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, dia 5 de junho de 2010

Mas, há muitos outros contratos para serem fechados. Por exemplo, o Exército brasileiro vai comprar R\$ 20 bilhões, em mísseis, pontes, aviões não tripulados (vants), radares, etc.

A maioria destes produtos será adquirida fora do país, apesar do Brasil já ter condições de produzi-los aqui.

A capacidade da Indústria de Defesa do Brasil

A Indústria de Defesa do Brasil tem capacidade comprovada de produzir aviões, helicópteros, tanques, blindados, foguetes, lançadores múltiplos de foguetes e navios militares.

A indústria de defesa do Brasil já produz aviões sem piloto para missões de vigilância - e de ataque; bombas guiadas que podem ser lançadas a 20 quilômetros do alvo; mísseis capazes de viajar 300 quilômetros para despejar uma chuva de bombas sobre o alvo, com margem de erro de 6 metros.

Na Imbel, de Itajubá, se produz pistolas e fuzis que são usados pelo FBI dos Estados Unidos.

Na Helibrás, também em Itajubá, se produz helicópteros de combate dos mais avançados do mundo. A fábrica é de propriedade da EADS (gigante europeia de defesa) em sociedade com o governo de Minas Gerais.

O Brasil tem aeronaves de combate (tipo o Super Tucano, produzido pela Embraer) que representa a metade da frota da FAB. Cerca de 20 forças aéreas no exterior também usam produtos fabricados pela Embraer.

A Embraer produzirá aviões modernos de carga nos próximos anos: a nova aeronave de transporte militar KC-390, capaz de transportar tropas e abastecer caças em pleno voo.

Para se ter uma idéia do potencial de vendas do setor, as vendas da Embraer para o setor de defesa atingiram US\$ 500 milhões em 2008-2009.

Desta forma, a Embraer desempenha um papel estratégico para a defesa brasileira e pode, a partir dela, formar uma empresa estatal de Defesa.

A Avibras produz foguetes e mísseis, bombas inteligentes, além de viaturas blindadas sobre rodas e Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTS). Produz também sistemas de comunicações por satélite.

Apesar de produzir com ampla aceitação no mercado internacional, ela ainda se encontra em "recuperação judicial", desde 2008. A empresa está saindo dessa situação em 2010.

A maior parte das suas dívidas é com órgãos estatais - União, o Banco do Brasil, a Previdência, o sistema tributário, a Financiadora de Projetos (Finep). O governo já tem uma participação na empresa em torno de 20%, pela conversão das dívidas em propriedade da empresa.

A Avibras acabou de fechar um contrato como Exército no valor de R\$ 1,2 bilhões (projeto Astros 2020, conjunto lançador de foguetes, com mísseis de alcance de 300 km). Porém, esse contrato depende da aceitação do Lula, que levou meses para assinar o acordo com a empresa, que está ameaçada de falência.

A Mectron produz radares de bordo de alta tecnologia. A Aeromot produz motoplanadores usados pela Força Aérea dos EUA. A CBC fabrica munições para armas curtas e longas e que exporta cerca de 50 % da sua produção para mais de 40 países.

A indústria nacional de defesa pode e deve suprir as necessidades de armamentos para as FFAA brasileiras, porém isto depende de uma ruptura com o sistema imperialista de produção de armas.

É necessário que o governo passe a encomendar a produção de caças, submarinos, armas, helicópteros, mísseis, etc. para a indústria nacional, usando os bilhões da compra de equipamentos estrangeiros para investir aqui, na indústria de defesa.

O governo do Lula e a defesa – um problema de soberania

“Eu não acredito que um brasileiro sinta orgulho, ao aparecer um comandante nosso na televisão para dizer que 60% dos navios estão deteriorados, ou aparecer alguém dizendo que metade dos aviões estão “avariados”, ou dizer que os nossos tanques não têm mais manutenção, que o nosso Jeep não funciona ou, mais grave ainda, dizer que não pode contratar 100 mil recrutas porque não tem dinheiro para alimentar essa menina. Ai, já não é mais dificuldade econômica, aí é falta de definição de prioridades e, isso, nós temos que corrigir urgentemente.”⁴

Apesar de o governo alardear o desenvolvimento da Indústria de Base de Defesa, ele não aliviou a carga tributária (42% de impostos) que recai sobre as empresas brasileiras, enquanto as multinacionais são isentas de impostos em suas vendas para as FFAA brasileiras.

Por outro lado, o grosso das compras de materiais para o setor de defesa brasileiro ainda são comprados no exterior, prática que começou com o governo Collor, se desenvolveu com FHC e continuou nos dois mandatos do governo Lula.

Um documento oficial do Ministério da Defesa do Brasil reconhece esta debilidade:

*“Falta de inclusão, nos planos governamentais, de programas de aquisição de produtos de defesa em longo prazo, calçados em programas plurianuais e em planos de equipamento das Forças Armadas, com priorização da indústria nacional de material de defesa. Essa omissão ocasiona aquisições de produtos de defesa no exterior, com a geração de indesejável dependência externa. Inexistência de regras claras de prioridade à indústria nacional, no caso de produtos de defesa fabricados no País. Dualidade de tratamento tributário entre o produto de defesa fabricado no País e o adquirido no exterior”.*⁵

Em dezembro 2008, o governo apresentou um Plano Nacional de Defesa cujas bases são:

“Plano é focado em ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas.”

(...)

“A reestruturação da indústria brasileira de material de defesa tem como propósito assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apóie-se em tecnologias sob domínio nacional.”

(...)

*“Independência nacional, alcançada pela capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear. Não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa como para o desenvolvimento”.*⁶

Apesar das boas intenções destes planos, o grosso das compras de equipamentos bilionários continua sendo realizado com empresas multinacionais, ao invés de produzir aqui.

Na próxima década, o Brasil tem a oportunidade de remontar sua Indústria Nacional de Defesa, já que se planeja um reequipamento geral das FFAAs brasileiras, onde se gastará dezenas de bilhões de dólares.

Porém, não é o que aponta a decisão do governo Lula.

O eixo estratégico do plano de defesa do Lula passa por fazer encomendas no exterior como é o caso da compra de caças, submarinos nucleares, helicópteros e armamentos das grandes multinacionais do setor. A única diferença é que as empresas brasileiras entrariam como “montadoras” de equipamentos produzidos no estrangeiro.

Dois exemplos demonstram essa evidência:

O primeiro, em 23 de dezembro de 2008, o governo brasileiro fechou uma **parceria estratégica** com o governo francês para aquisição de cinco submarinos (sendo um de propulsão nuclear) no valor de R\$ 16 bilhões de reais e a compra de 50 helicópteros Super Puma EC 725/225 da Eurocopter, no valor de R\$ 5 bilhões de reais. O acordo ainda prevê a compra de 36 caças supersônicos Rafale, da empresa francesa Dassault, valor da transação estimado em R\$ 25 bilhões de reais.

⁴ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço com oficiais gerais Brasília-DF, 15 de dezembro de 2005

⁵ “Estratégia Nacional de Defesa”, 17 de dezembro de 2008, documento oficial do Ministério da Defesa, página 33

⁶ “Estratégia Nacional de Defesa”, 17 de dezembro de 2008, documento oficial do Ministério da Defesa, páginas 3, 4 e 64

O valor total deste acordo com a França, corresponde a quase sete vezes o valor da Embraer (R\$ 6,9 bilhões em fevereiro de 2010). Isto é, se se poderia montar uma empresa estatal de Defesa, utilizando este investimento.

O segundo, o Exército Brasileiro há muito que planeja desenvolver uma nova família de blindados sobre rodas. Para isso, a Indústria de Material Bélico do Brasil, a Imbel, catalogou o acervo tecnológico da extinta Engesa (Cascavel e Urutu), para servir de modelo. Apesar de a Imbel poder desenvolver e fabricar esses veículos aqui no Brasil, o governo fechou um acordo com a IVECO, do grupo FIAT, para produzir para produzir **3.961** carros blindados para as FFAA brasileiras, com custo de R\$ 6 bilhões de reais, ao invés de encomendar para a Imbel ou Avibras, ou ambas.

Na verdade, essa encomenda do Exército Brasileiro criará um parque industrial de blindados no Brasil, sob controle de uma multinacional, quando poderia ser uma alavanca para o desenvolvimento de um conjunto de empresas estatais brasileiras que já dominam a tecnologia de blindados.

Caso o governo montasse um projeto global de produção de armamentos pesados, com uma indústria estatal combinada, entre Embraer, Avibras, Helibras, Imbel e mais uma centena de empresas do setor, poderia enfrentar a concorrência da Boeing, Dassault, etc. Para isso, teria que enfrentar os interesses das multinacionais que dominam a economia brasileira, coisa que o governo Lula quer evitar a todo custo, pois governa com o beneplácito delas.

Governo fecha acordo lesivo com a França para a compra de 36 caças

O governo Lula só está esperando o término do segundo turno das eleições presidenciais de 2010 para fechar o acordo de compra de 36 caças Rafale, da Dassault, empresa de aviação francesa.

Na licitação, estão disputando os caças F-18 Super Hornet, da Boeing, o Rafale, da francesa Dassault; e Gripen NG, da sueca Saab

Apesar de negativo para os interesses do Brasil, o acordo estratégico entre Brasil e França é explicado da seguinte maneira pelo presidente Lula:

"Nós montamos um Plano Estratégico de Defesa Nacional e em torno deste plano estamos elaborando uma política estratégica com a França, a fim de que possamos assinar contratos envolvendo submarinos, helicópteros e discutir também a questão dos aviões de caça", afirmou Lula.⁷

A decisão foi política, já que o caça sueco Gripen é bem mais barato que o francês e o caça americano F-18 é superior do ponto de vista tecnológico.

Enquanto o preço do Rafale sairá por U\$ 10 bilhões de dólares, o da Boeing custaria U\$ 7,7 bilhões e o Gripen teria um custo de U\$ 6 bilhões.

O acordo com a França prevê que dos 36 aviões, os seis primeiros seriam fabricados e montados na França e o restante, as peças serão fabricadas na França e montados no Brasil.

Tanto a proposta dos franceses quanto dos americanos vão fornecer um avião já pronto. Resta somente um trabalho de "montagem" de peças aqui no Brasil. Isso é o máximo de "transferência de tecnologia".

O avião sueco, por ainda estar em fase de desenvolvimento, é o que mais permitirá transferência de tecnologia e é o mais barato.

Porém, tanto os caças suecos quanto os franceses, utilizam tecnologias de ponta de origem americana, que proíbe expressamente a transferência de tecnologias mais desenvolvidas a países coloniais e semi-coloniais. Nem falar dos países independentes.

Essa dependência de tecnologia norte-americana foi reconhecida pelo próprio ministro de Defesa francês, Hervé Morin. Os Estados Unidos impedem a venda para terceiros de tecnologia americana. Temos o exemplo aqui no Brasil, onde a Embraer foi impedida de exportar seus aviões Supertucanos à Venezuela, porque as aeronaves tinham equipamentos norte-americanos.

⁷ Jornal *O Estado de São Paulo*, de 07 de setembro de 2009

A escolha do caça francês foi uma decisão política do governo, que envolve negociações para a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU ou mesmo a ida do Lula para ocupar um alto cargo na ONU, em 2011.

A demonstração de que a licitação dos caças é uma grande negociata é que, até agora, somente a França comprou o caça Rafale. Isto está questionando a eficácia da produção em série deste avião de combate. A venda de 36 caças Rafale para o Brasil será a redenção do projeto.

O acordo representou uma sociedade de *negócios* entre a EADS/Dassault/Eurocopter e o governo petista.

Os antecedentes deste acordo foram fechados entre a EADS/Eurocopter e o governo do PT na transformação do Brasil em uma plataforma da Eurocopter, utilizando sua subsidiária no Brasil a Helibras. Esse acordo (assim como a compra de 50 helicópteros de combate) foi costurado por um petista de carteirinha, Jorge Viana.

Ele foi governador do Acre por dois mandatos. Terminada sua gestão, em 2007 foi presidir o Conselho de Administração da Helibras para, segundo palavras do Lula *“Ele está engajado em outro projeto, que é transformar a Helibras numa grande fábrica de helicópteros”*.⁸

Jorge Viana ficou por dois anos no Conselho de Administração da Helibras e saiu em 2010, para se candidatar e eleger-se senador pelo Estado do Acre.

Situação bastante estranha para um ex-governador: dirigir uma empresa européia, costurar acordos bilionários e depois voltar a se candidatar ao Senado.

No comando da empresa, Jorge Viana disse que não tinha dúvidas que o governo escolheria o caça francês Rafale na licitação internacional. *“É uma decisão política já que o Brasil quer construir uma aliança estratégica com a França”*.⁹

Desde 2007, quando Jorge Viana foi dirigir a Helibras que está costurando um acordo com a EADS/Eurocopter para a compra dos 50 helicópteros. Com trânsito em Brasília e nos gabinetes ministeriais, inclusive nas Forças Armadas e no BNDES, ele levou um ano para costurar o acordo em ótimas condições para os empresários europeus.

Tanto é assim que o próprio Jorge Viana afirmou que o novo contrato *“asseguraria a quintuplicação do faturamento da empresa, em 2010”*.¹⁰

Também se combinou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para emprestar US\$ 15 milhões de dólares, facilitando o projeto de expansão da fábrica da Helibras em Itajubá.

Desta forma, Jorge Viana tem trabalhado como agente da indústria aeroespacial francesa no Brasil.

Provavelmente, eleito senador pelo Acre, vai se transformar no Ministro da Defesa do governo Dilma, para gerir o “acordo estratégico” com a indústria civil e militar francesa. Somente o escândalo de compra de votos por parte do senador nestas eleições, pode tirar a carteira dele.

Nunca antes neste país, se encaixou tão perfeitamente, a famosa frase do Manifesto Comunista de Karl Marx: *“O governo moderno não passa de um comitê para gerir o conjunto dos negócios da burguesia”*.

No pacote do acordo com a Eurocopter também está a possível compra da versão civil do Super Puma, o EC 225, para substituir a frota da Petrobrás, com vistas a abertura de novas plataformas marítimas na exploração do pré-sal.

Na sua passagem pela direção da Helibras, Jorge Viana também conseguiu um contrato para a modernização de 34 helicópteros Pantera, do Exército Brasileiro. É o maior contrato da área de serviços conquistado pela empresa em mais de 30 anos de atuação no país.

⁸ Jornal *O Estado de São Paulo*, de 14 de maio de 2008

⁹ Jornal *O Estado de São Paulo*, 19 de março de 2010.

¹⁰ Jornal *Brasil Econômico*, 24 de fevereiro de 2010

Por estes serviços, o próprio presidente da França, Nicolas Sarkozy, condecorou Jorge Viana com a medalha “Legião de Honra”, em troca dos serviços prestados pelo petista, que foi a Paris receber a honra.

O atual presidente da Helibras, Sr. Marson Ferreira declarou:

“A idéia é fazer do Brasil uma plataforma de exportação desses helicópteros não só para os países da América do Sul, mas para todos aqueles hoje atendidos pela Eurocopter no mundo. A idéia é exportar da França ou do Brasil, dependendo das condições de cada contrato e de cada cliente. Com a produção aqui (no Brasil), podemos eventualmente optar por uma linha de financiamento do BNDES para financiar a venda. Essas são vantagens que passamos a ter, ao fabricar aqui.”¹¹

Para garantir os negócios da EADS-Eurocopter no Brasil, o Brasil formará uma empresa (Engesaer) que reunirá todas as subcontratadas que fornecerão as peças para os helicópteros, submarinos e caças. Esta empresa será a garantia do governo brasileiro ante seus “sócios” franceses.

Outro petista está organizando a Engesaer: o coronel reformado Oswaldo Oliva Neto, irmão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e assessor do ex-ministro Luiz Gushiken.

Segundo a revista *Isto É* de 16 de agosto de 2009:

“Oliva Neto vem trabalhando há quase um ano nos bastidores para a concretização do projeto. Nos últimos meses, ele manteve encontros privados com os comandantes das Forças Armadas e representantes do Ministério de Desenvolvimento, da Defesa e do BNDES. Mas o tema é coberto de sigilo, e cláusulas de confidencialidade do acordo impedem que Oliva Neto e a EADS, o detalhem.”

(...)

“A Engesaer representa a criação no Brasil de uma plataforma segura para a nova estratégia de negócios do grupo europeu, que prevê levar para fora da zona do euro até 40% de toda sua produção, a fim de reduzir custos com a obtenção de isenções fiscais e mão de obra mais barata. Essa lógica já vem sendo adotada no contrato dos helicópteros, que prevê a nacionalização de 50% da produção. É possível que o EC-725 seja produzido integralmente na fábrica da Helibrás, com vistas à exportação. Pensando nisso, a EADS adquiriu recentemente, por meio do consórcio Eurocopter, 70% da companhia brasileira. No caso da Engesaer, a participação acionária do grupo europeu estará limitada a 20%, para evitar que o negócio seja visto como “invasão estrangeira”. O restante será aberto a investidores nacionais, como fundos de pensão. O governo federal, por sua vez, terá uma golden share, como ocorre com a Embraer, a fim de exercer o controle estratégico das operações.”

O PSDB também fará sua cota de “sacrifício”. O governo de Minas, através do Sr. Aécio Neves, se comprometeu a construir um aeroporto em Itajubá, infraestrutura necessária para tornar Itajubá o segundo pólo aeroespacial do Brasil, depois de São José dos Campos.

A EADS também fechou acordo com a Odebrecht, grande construtora brasileira, para construção de um estaleiro e de uma base naval que darão suporte aos submarinos franceses comprados pelo governo brasileiro.

Já o setor petista, ligado aos sindicatos, prefere o acordo com a multinacional sueca já que esta montaria uma fábrica com 1.500 empregos no ABC paulista e *“assume compromissos sociais que se converterão num marco internacional de respeito às normas trabalhistas da OIT e garantirão a organização sindical nas fábricas que produzem aviões no Brasil e na Suécia”*.¹²

A “transferência de tecnologia” é a justificativa do governo para o acordo lesivo com a França

A única justificativa por parte do Brasil para fechar este acordo com a França é a disponibilidade francesa de “transferência de tecnologia”.

¹¹ Jornal *Brasil Econômico*, 24 de fevereiro de 2010

¹² Documento da FITIM www.imfmetal.org/

A única diferença entre a Boeing e a Dassault é que a Boeing já tem toda a estrutura montada nos Estados Unidos e se recusa a fazer acordos com empresas em outros países para montar seus caças, enquanto que a Dassault está disposta a fazer um acordo com a Embraer para que esta faça a montagem dos aviões aqui no Brasil, a partir de peças importadas da Europa.

Segundo a opinião do economista Renaud Bellais, da Comissão de Defesa da Fundação Concorde e especialista em indústria de defesa, as multinacionais de Defesa não vão transferir as "tecnologias mais sensíveis", como sistemas embarcados, navegação, comunicação, dados de vôo e sistemas de controle e os sistemas de armas.

Essa opinião é ratificada por João Verdi, ex presidente da Avibras, falecido em acidente de helicóptero, que declarou que nenhuma empresa de Defesa no mundo transfere tecnologia atualizada e de ponta, para um país emergente.

"Em todos os programas que conheço no mundo inteiro, o conhecimento transferido é de tecnologia já velha disfarçada de nova, de pouca importância, praticamente em desuso".¹³

Isso se confirma na compra de cinco submarinos franceses, realizada pelo Brasil em 2010. O acordo se firmou em base de que algumas peças do submarino seriam fabricadas no Brasil, com transferência de tecnologia. Porém, a parte de alta tecnologia, como a de propulsão nuclear, a França não repassa a tecnologia.¹⁴

Portanto, o acordo ao depender de tecnologias dos EUA e da Europa, o país perde a soberania até no uso de armas, dos caças, submarinos, helicópteros, etc. Vale lembrar que a Argentina foi proibida de usar armamentos na Guerra das Malvinas, por utilizar tecnologias norte-americanas.

Além deste acordo lesivo ao patrimônio brasileiro, o governo brasileiro continua adquirindo artigos de defesa no exterior. Quando em 2005, a presidência da República foi trocar o avião presidencial comprou um avião da... Airbus! Quando o Brasil foi adquirir 250 tanques de combate Leopard, foi buscar na Bélgica!

Chegou-se ao absurdo de o governo brasileiro encomendar a reforma de 43 caças AMX da FAB, fabricados pela Embraer, não na fábrica em São José dos Campos, que acabava de demitir 2.473 funcionários. O governo encomendou essa reforma para a Embraer Aviation International, instalada em Paris.

Desta forma, é impossível garantir que uma empresa aeronáutica de um país pobre possa sobreviver. O governo americano é responsável pela compra de mais da metade da produção das grandes empresas aeroespaciais dos EUA. A mesma coisa acontece na Europa. Eles protegem seu mercado e suas empresas. Como isso consegue vencer a concorrência.

A verdadeira política do governo Lula para o setor industrial de Defesa do Brasil

Apesar de contar com legislação que orienta o governo a nacionalizar a produção do setor de Defesa, como os artigos 218 e 219 da Constituição Federal de 1988, que privilegia "*o desenvolvimento do sistema produtivo nacional*" e que o "*mercado interno integra o patrimônio nacional, que deve garantir autonomia tecnológica*", ou a Lei Complementar número 97 de 9/6/1999 que determina uma "*procura da autonomia nacional crescente, mediante a nacionalização de seus meios (...) e o fortalecimento da indústria nacional*", o governo Lula preferiu caminhar para outra política estratégica de defesa.

Vejamos com as próprias palavras do governo:

"O princípio genérico da solução é a rejeição das soluções extremas - simplesmente comprar no mercado internacional um caça "de quinta geração" ou sacrificar a compra para investir na modernização dos aviões existentes, nos projetos de aviões não-tripulados, no desenvolvimento, junto com outro país, do protótipo de um caça tripulado do futuro e na formação maciça de quadros científicos e técnicos. Convém solução híbrida, que providencie o avião de combate dentro do intervalo temporal necessário mas que o faça de maneira a criar condições para a fabricação nacional de caças tripulados avançados."¹⁵

Essa posição, aparentemente em cima do muro, termina por capitular às multinacionais e acentuar a dependência do setor de Defesa brasileiro.

¹³ Disponível em www.defesabr.com

¹⁴ Fonte: Valor Econômico, 10 de agosto de 2010.

¹⁵ "Estratégia Nacional de Defesa", 17 de dezembro de 2008, documento oficial do Ministério da Defesa, página 22

Veja a afirmação do governo em um documento estratégico do Ministério da Defesa:

“O componente estatal da indústria de material de defesa terá por vocação produzir o que o setor privado não possa projetar e fabricar, a curto e médio prazo, de maneira rentável.”¹⁶

Portanto, o objetivo do governo Lula, como em todos os outros setores, é de favorecer algumas empresas privadas para ocupar um nicho de mercado de defesa e atuar aí, como subsidiária das grandes multinacionais do setor.

Aqui pode-se chegar a uma conclusão inquestionável: a indústria brasileira de defesa (Avibras, Embraer, Imbel, Helibras, etc.) só podem sobreviver como estatais ou como subsidiárias de multinacionais (Boeing, Dassault e outras). Caso contrário, vão fechar as portas.

A orientação do governo Lula é de localizá-las como empresas privadas subsidiárias das grandes multinacionais, como montadoras locais da empresa imperialista.

Esse plano mantém o Brasil dependente das tecnologias e do controle absoluto das tecnologias de produção de armamentos. Isto é, o Brasil não terá soberania no que é fundamental para sua defesa: o armamento pesado.

Não há possibilidade de desenvolvimento da indústria nacional de defesa sem a estatização de todas as empresas e a produção independente e enfrentada com as multinacionais produtoras de armas.

O governo Lula e o PT preferem ser intermediários de grandes negócios (e negociatas) na indústria de Defesa do que projetar uma indústria nacional de Defesa estrategicamente independente, que mesmo levando algumas décadas de trabalho, poderia disputar a produção de armamentos pesados e de alta tecnologia de igual para igual com os países imperialistas.

O PT e o governo Lula preferem o caminho da subserviência e da dependência frente os grandes países imperialistas. Se recusam a virar a mesa, mantêm o *status quo* imperialista mundial e o lugar reservado para o Brasil como produtor de matérias primas e alimentos.

É uma grande pena. Demonstra que o programa reformista do PT de chegar ao primeiro mundo pela via das reformas sociais, só se realiza em palavras e em promessas, pois na vida real, o Brasil fica cada vez mais dependente do mercado mundial e das multinacionais que dominam a economia brasileira.

Pela formação de uma Empresa Estatal de Defesa, que reúna a Embraer, Imbel, Helibras e Avibras além das 300 empresas privadas que operam no setor.

Ozires Silva, ex presidente da Embraer, no período em que a empresa era estatal, defendeu que o Brasil fabrique seus próprios caças, encomendando as aeronaves à Embraer.

“Acho que compensa (o investimento) se puder fazer de uma forma híbrida. Por exemplo: a FAB escolhe o avião que quer e encomenda esse avião à Embraer. E ela contrata o que precisar da fábrica estrangeira. É um processo para que o aprendizado, o treinamento e o ‘know how’ necessários para fazer esses aviões mais avançados fiquem no Brasil”.

Esse método já foi utilizado pela própria Embraer no passado.

*“Foi o processo que utilizamos no começo da empresa. A FAB precisava de equipamentos a jato e eu consegui que o Estado Maior da Aeronáutica comprasse aquele avião da Embraer. Foi feito contrato com companhias estrangeiras e o avião foi fabricado aqui. Com o resultado, desenvolvemos nosso avião pressurizado, depois o Tucano. Mais tarde, uma parceria com a Itália rendeu jatos de transporte de sucesso mundial”, diz. “A estratégia foi provada e funcionou. É melhor que comprar caças de uma Boeing, Saab ou Dassault”.*¹⁷

Todo o setor de defesa depende dos pedidos governamentais. O setor privado (como Embraer, Helibras e Avibras) depende de empréstimos do BNDES e de encomendas do governo.

¹⁶ Idem, página 26

¹⁷ 22 de setembro de 2009, em Noticiário Nacional, Opinião, por Guilherme Poggio, JCNNet., disponível em www.aereo.jor.br/tag/osires-silva/

Toda empresa do setor de Defesa, depende dos investimentos governamentais para sobreviver e disputar o mercado mundial. Assim é com a EADS, financiada pelos governos europeus. Assim é com a Boeing, financiada pelos Estados Unidos.

O Brasil deveria usar o dinheiro que gasta comprando armamentos de empresas estrangeiras, para montar uma empresa estatal de defesa. Deveria deixar de viver de aluguel, para comprar uma “casa própria”. Já temos uma indústria aeroespacial e de defesa que produz alta tecnologia. Temos mão-de-obra qualificada e temos as matérias-primas fundamentais para a fabricação de armamentos, aviões civis e de combate, helicópteros, submarinos, mísseis, pistolas, fuzis, foguetes, carros blindados, etc.

Existem, no Brasil, 300 empresas privadas produzindo sistemas de defesa e de armas sofisticadas, desde mísseis até carros blindados.

O modelo escolhido pelo governo Lula, de associação com multinacionais da área de defesa termina por subordinar todo nosso parque industrial militar às decisões das grandes empresas estrangeiras.

A indústria de Defesa do Brasil atua como terceirizada de grandes corporações transnacionais.

As empresas do setor de Defesa só poderão desenvolver-se plenamente, de forma independente das multinacionais, como uma empresa estatal, fazendo parte de um plano estratégico de recuperação da indústria nacional de defesa, com a nacionalização e estatização da Embraer, Avibras, Helibras e Imbel. A unificação destas quatro empresas, estatal e sob controle dos trabalhadores, garantirá a produção de todas as necessidades de defesa do país, ao mesmo tempo em que tornará a indústria de Defesa do Brasil em grande exportadora mundial.

O Brasil pode se apoiar na Lei Complementar nº 97 de 1999, em seu Artigo 14, Inciso II, onde estabelece que a autonomia da indústria nacional deva ser crescente, mediante contínua nacionalização de seus meios, nela incluídas pesquisa e desenvolvimento para seu fortalecimento.

Exigimos que o governo Lula estatize o complexo industrial de defesa do Brasil e utilize os mais de R\$ 50 bilhões de reais que pretende adquirir equipamentos de guerra estrangeiros para fomentar um plano nacional de construção de uma indústria nacional de defesa, que garanta a fabricação de caças, submarinos, helicópteros, mísseis, blindados de combate, etc.

O Brasil tem tudo que necessita para produzir estes equipamentos. O que se faz necessário é um plano nacional estratégico, como foi no seu tempo a constituição da aviação nacional, onde se formou a Embraer, no tempo que era estatal ou no tempo da Engesa, que chegou a vender carros blindados para as Forças Armadas de 32 países, na década de 80 do século passado.